

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI
Gabinete do Presidente

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DO CONSELHO INDIGENISTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO, REALIZADA NOS DIAS VINTE E SETE E VINTE E OITO DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO.

Aos vinte e sete e vinte oito dias do mês de outubro, de mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se na sala de reuniões do Bristol Hotel, no SHS. Q.4 - Bloco "F", em Brasília-DF: o Sr. Presidente do Conselho. General ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA; os Senhores Membros-Titulares: Dr. ANTONIO CARLOS DE AZEVEDO; Dr. CLOVIS VIANA SOARES DA FONSECA; Dr. ALFREDO GASTAL; Professor ROQUE DE BARROS LARAYA; Antropólogo GEORGE DE CERQUEIRA LEITE ZARUR; Sertanista ORLANDO VILLAS BOAS; Professor JAMES WINSFIELD WILSON; os Suplentes: Professor OLYMPIO JOSÉ TRINDADE SERRA; Dr. JOSÉ AGRIPINO MENDES; Assistente Social ELSI SILVA; os convidados oficiais: Professor FERNANDO ALTENFELDER; Professora LUX VIDAL; Professora CARMEM JUNQUEIRA DE BARROS LIMA; Professor EDUARDO GALVÃO; Professor SYLVIO COELHO DOS SANTOS; Professor PEDRO AGOSTINHO; Professor ANTHONY SEEGER; Professor JÚLIO CÉSAR MELATTI; Professora ALCIDA RAMOS; Antropólogo CARLOS DE ARAÚ

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI
Gabinete do Presidente

-2-

JO NETO; Professor KENNETH IAIN TAYLOR; Antropólogo PAUL DAVID PRICE; Professor PETER KINGSTON; Missionário GUSTAV BRINGSKEN; Professor NEY LAND; Antropólogo PETER SILVERWOOD COPE; Antropólogo PAULO MARCOS DE AMORIM; Professor DANIEL GROSS e outros ilustres convidados. - Foi a seguinte a Pauta da sessão: EXPE
DIENTE: Leitura do Termo de Posse do Novo Conselho e posse de
Conselheiros. - ORDEM DO DIA: a) - debates sobre a questão in
dígena NAMBIKWARA, dia vinte e sete de outubro de mil novecen
tos e setenta e cinco; b) - debates sobre a participação de An
tropólogos na ação indigenista brasileira, dia vinte e oito de
outubro de mil novecentos e setenta e cinco e encerramento do
simpósio. - ASSUNTOS GERAIS: dos participantes: Antropólogos
e outros técnicos convidados. - DA ABERTURA: A sessão foi
aberta pelo Sr. Presidente do Conselho Indigenista, General
ISMARTH DE ARAÚJO LIVEIRA, que começou dando posse aos Mem
bros do Conselho, que não compareceram por ocasião da mesma;
em seguida, mandou que a Secretária do Conselho Indigenista,
NEUSA MARIA DOS SANTOS, fizesse a leitura da Pauta e do Termo
de Posse. Terminada a leitura, o Sr. Presidente tomou a pala
vra dizendo que, "o Conselho Indigenista da FUNAI, tem uma
grande responsabilidade e, que essa responsabilidade, deve ser
traduzida como órgão orientador, que apresente proposta
e sugestões à FUNAI, sobre diferentes problemas relacionados
com as comunidades indígenas; que este, é um relevan
te papel do Conselho Indigenista. Para isso, este Colegia

do deve ser constituído de elementos que, além de conhecidos da problemática indígena, sejam também, capacitados, para realizarem a tarefa de orientação da FUNAI. Nesta primeira reunião do Conselho, já gostaria de colocá-los dentro da reunião do Conselho, já gostaria de colocá-los dentro de sua finalidade estatutária. Porém, de acordo com o regulamento do próprio Conselho poderão ser convidados para participar do próprio Conselho, poderão ser convidados para participar de suas reuniões, elementos estranhos ao mesmo, também conhecidos da problemática indígena, e, é isto que estamos fazendo nesta primeira reunião. Desejando, inicialmente, dar as boas vindas aos participantes convidados, afirmou que tais elementos não são desconhecidos, não são pelos seus trabalhos realizados, mas pelos altos interesses que têm em relação à comunidade indígena. Em nome do Conselho Indigenista da FUNAI, agradeceu a presença dos Antropólogos estranhos ao quadro da Fundação, dizendo que o primeiro trabalho que almeja é que, deseje seja apreciado em conjunto - Conselho Indigenista e Antropólogos convidados - é o relacionado com o grupo indígena Nhambikwara. E que os presentes tiveram a oportunidade de receber subsídios para que, com o material recebido, pudessem ter uma idéia da situação dos Nhambikwara. Acredita ser para muitos, novidade essa situação. Presentes a reunião, estão também, elementos diretamente ligados com o problema, como o Antropólogo PAUL DAVID PRICE, que é o Coordenador do Projeto Nhambikwara. Elementos da FUNAI como também, elementos, que estão participando diretamente do problema Nhambikwara, verbalmente, poderão complementar essas informações constantes dos relatórios que cada um tem em

nãos. Que acredita que a decisão relacionada à comunidade Nhambikwara, seja no momento, uma das decisões mais difíceis que a FUNAI terá que tomar. Afirmou que, não deverão retroagir ao passado, criticando decisões tomadas anteriormente, noutra administração. Que, estão com um fato atual e real e, deve ser solucionado da melhor maneira possível. Criticar não é solução; o que precisamos é de uma definição em benefício daqueles índios. Daí, desejamos ouvir cada um dos membros do Conselho Indigenista, e também, Antropólogos convidados, suas opiniões, seus pareceres, que possam permitir ao Presidente da FUNAI tomar uma decisão, decisão essa, que tem de ser definitiva, porque, estamos praticamente interditando todo o vale do Guaporé a espera dessa decisão. Devemos acreditar que com essa colaboração, teremos nesses dois ou três dias, possibilidades para debater o assunto com tranquilidade. - Indagou aos presentes se o material fornecido, propiciava já, debater o assunto ou se seria necessária, complementação verbal. Fazendo um ligeiro retrospecto, relativo ao problema Nhambikwara, dizendo que foi criada uma reserva NHAMBIKWARA, a leste da BR 364, com a finalidade de transferir para essa área, todos os índios localizados no Vale do Guaporé, e, que esse foi o objetivo da criação da reserva. As tentativas feitas para essa transferência não conduziram a qualquer resultado positivo, porque a área reservada era praticamente agreste, não permitindo que os índios praticassem qualquer produção de subsistência.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

-5-

cia, retornando sempre à sua situação anterior, no Vale do Guaporê. São índios famintos, esqueléticos e, sentindo que tal solução não era a melhor para eles, partira para uma ou tra alternativa, que era, reservar no Vale do Guaporê, uma área fértil, em que o índio tivesse um meio de sobrevivência e condições posteriores de se desenvolver. Que a área, que também consta do esboço, distribuído constitui, uma área interdita que está localizada entre os rios - Galera, Sararé e Guaporê. O que existe, apesar de não querer retroagir, é que no passado, em vez de se partir para a criação da reserva a leste da estrada, dever-se-ia partir direto para uma área no próprio Vale do Guaporê, que constitui o habitat desses índios. Talvez tais problemas não existissem hoje; mais foi feito, estamos numa situação de uma área interdita, com previsão de levar para essa área, os índios localizados no Vale, situação essa, de comunidades, todas espalhadas em pequenos grupos, que, onde pelo relatório, todos devem ter notado, que são grupos de vinte, vinte e cinco ou trinta índios, cada grupo com fricção interétnica, o que não permite, juntar esses grupos numa só área. Adianta, que estamos com um problema real; uma área interdita, destinada a remover esses índios, área rica e fértil, mas, como todo o vale, também, cheia de fazendas. Todo Vale do Guaporê está ocupado por fazendas. Então, o ponto fazenda não é o fundamental para uma decisão e, qualquer que seja ela, teremos um ponto comum: - brigar com os fazendeiros. Esse então, não é o ponto

PI
SARARÉ

a ser discutido para uma solução. Todo o Vale está praticamente ocupado por fazendeiros titulados e, alguns até com certidão negativa, que ensejaram financiamento junto à SUDAM.

Então este, é um ponto comum a qualquer solução: - ter que lutar com os fazendeiros, e essa a alternativa não deve pe

dar. fez referência ao Coordenador do Projeto Nhambikwara

Professor DAVID PRICE, sobre o trabalho realizado naquela área, comentando os contatos obtidos com um dos Grupos Nham**bi**kwaras, juntamente com o Diretor do DGPC, com ligeiros relatos. Voltando ao trabalho do Antropólogo DAVID PRICE, falou sobre as tentativas de transferências feitas pelo referido Antropólogo, para levar alguns Grupos à área interdita e, que tais tentativas não deram resultado, porque inclusive, a malária fez com que dizimasse grande parte dessas aldeias. O índio criou pavor em relação a área interdita. Os mesmos estão numa situação de fato, e teremos que definir, se vamos manter definitivamente o que foi previsto, ou seja, transferir, esses grupos indígenas para a área interdita ou, adotar outras soluções que poderão surgir, durante os debates, mas dentro do princípio que há necessidade de preservar essa comunidade indígena. Para isso, é que deseja dar maior amplitude à discussão do problema. Daí, a presença de Antropólogos ilustres, todos de renome, e que, irão ajudar dentro dos seus conhecimentos na solução deste problema. Terminando assim, a explanação referente aos Nhambikwara, passa a palavra

ao Professor GEORGE DE CERQUEIRA LEITE ZARUR. - O Professor

ZARUR, faz apenas uma pequena observação, em referência ao Projeto apresentado pelo Antropólogo DAVID PRICE dizendo que o DGPC tem trabalhado junto com o Professor PRICE, e, que o referido Professor, apresentou essa solução sobre a situação Nhambikwara, referindo-se sobre todas as sugestões apresentadas pelo PRICE, conflitam com determinados princípios, devido o deslocamento e transferência daquela comunidade, que é uma decisão extremamente difícil de ser tomada, por isso, se justifica a participação de Antropólogos estranhos ao quadro da FUNAI, o que é fundamental no caso. Uma vez que, mesmo neste grupo existe uma certa reação na solução da proposta, pois sem dúvida, há uma dificuldade na decisão do caso. A própria necessidade, porque não dizer "política", de dividir uma responsabilidade dessa, de tomar uma decisão coletiva no caso, o levou a procurá-los para este trabalho. Dentro dos subsídios preparados e com a exposição do Sr. Presidente, já houve uma situação do problema, e se esses subsídios não forem suficientes ou não os satisfizessem gostaria que se pronunciassem. Afirmou que acredita na complementação no caso, e que na apresentação de DAVID PRICE, fazia questão que todos participassem, pois assumira uma posição a respeito. Surge uma pergunta formulada pelo Conselheiro ORLANDO VILLAS BOAS: - Que, gostaria de lembrar ao Diretor do DGPC, achando que o Professor DAVID PRICE prestar maiores esclarecimentos, principalmente sobre a área

interditada que, naturalmente, as outras áreas virão a seu tempo. - O Presidente General ISMARTH toma a palavra, explicando a dificuldade da interdição; que não poderá tirar o Índio a força; que toda transferência onde o Índio é retirado do seu habitat natural, é um problema que a FUNAI procura sempre evitar; que já sabe da existência de pelo menos duas comunidades que se recusam terminantemente ocupar essa área interditada; que conhece perfeitamente o Índio, citando exemplo de grupo indígena, que aceita uma solução que lhe é dada no momento, mas que, mais cedo ou mais tarde acaba voltando para o seu habitat natural e, com maiores problemas; referindo-se ao grupo Kuluene, afirmou que esse grupo foi contactado retirado de seu habitat, e agora, estão, estão voltando todos para o seu habitat anterior e cheios de problemas, porque a área não é uma área totalmente indígena, já se encontrando humanizada. Sustentou que, não quer uma solução que no momento satisfaça a atual Administração mas quer uma solução definitiva, pois o que no momento está ocorrendo com determinadas comunidades, não deverá ocorrer no futuro. Em seguida, passou a palavra ao Professor DAVID PRICE. - Começou expondo o seu ponto-de-vista com relação ao projeto, referente ao problema Nhambikwara, de acordo com o seu relatório que aqui vai transcrito: - "A situação histórica de contato, foi sempre desordenada: a) os primeiros estranhos que conheceram foram os escravos do quilombo Aldeia Carlota, no

século XVIII, que raptavam as Índias para serem suas mulheres; b) depois vieram os poaieiros, que permaneciam no mato, às curtas de alimentos roubados dos Índios; c) depois chegaram duas ondas de seringueiros e, ultimamente, mulheres de peões trazidos pelas fazendas; d) em 1919, o SPI estabeleceu um Posto de Atração em Puentes de Lacerda, posteriormente (~~em 1921~~) transferido para a cidade de Mato Grosso; durante mais de dez anos de existência este Posto nunca conseguiu estabelecer contato com os Índios; e) outro Posto foi fundado em 1925, na faixa da linha telegráfica, perto do córrego Urutan, que foi tão ineficaz que a maioria dos relatórios da década de 1930, já não mencionam; f) em 1942, foi fundado o Posto Indígena Pirineus de Souza, à margem do Córrego Espirro, uma das cabeceiras do rio 12 de outubro; este Posto chama-se atualmente P.I. Nhambikwara; g) desde 1943 até a 1968 o Chefe deste Posto empregou os Índios na extração da borracha, primeiro oficialmente (Convênio SPI / Rubber Development Corporation), depois, por conta própria ; h) Índios deste Posto ainda hoje se encontram trabalhando em regime de semi-escavidão no seringal do Faustino, pertencente ao genro do Chefe do Posto acima mencionado; i) em 1968, o Diretor do então Departamento do Patrimônio Indígena da FUNAI promoveu estudos para a criação de três pequenas Reservas Indígenas no Vale do Guaporé, nos territórios tradicionais de fixação dos grupos daquele vale, que, no entanto, não logrou serem aprovadas pela Presidência da FUNAI, àquela época; j) em

08 de outubro de 1968, foi assinado o Decreto nº 63.368, criando a Reserva Indígena Nambikwara, que foi planejado com base em informações tão inadequadas, que chega a mencionar acidentes geográficos (a ponte sobre o rio Juina) não existentes; contém esta Reserva as piores terras de toda a área tradicionalmente ocupada pelos Nambikwara e engloba apenas duas de suas aldeias (Camararê e Serra Azul), com um pouco mais de 10% da população Nambikwara, à época do Decreto; k) o grosso da população Nambikwara permanecia no Vale do Guaporê, já a essa altura quase totalmente ocupado por agro-pecuárias, de tentoras de certidões negativas fornecidas pela FUNAI, na gestão de seu primeiro Presidente; l) os desmatamentos procedidos pelas agro-pecuárias afugentaram a caça, alimentação básica daqueles índios, e os privavam da coleta de mel e frutos silvestres, levando-os a tal situação de subnutrição e miséria, que se levava a temer pela extinção completa daquele grupo; m) numa tentativa de se achar solução para esta situação a FUNAI, promoveu a ampliação da Reserva Indígena, levando o seu limite oeste até o rio 12 de outubro (Decreto nº. 73.221, de 28 de novembro de 1973), ao mesmo tempo em que tentava um trabalho de convencimento junto às comunidades indígenas Nambikwara do Vale do Guaporê, a fim de transferi-las para dentro da Reserva; n) esta operação fracassou de pois de quase um ano de tentativas, quando se constatou que dos grupos das três aldeias que haviam aceito a transferência, dois (os Wasusu e os Al'antesu), retornaram aos seus lo-

cais de origem, após descobrirem que as terras da Reserva não eram adequadas para o cultivo do milho, alimento básico de sua dieta; o) diante do exposto, a FUNAI resolveu revisar a sua política de ação indigenista e contrata um Antropólogo, para estudar e propor soluções para a questão Nambikwara; ~~n) simultaneamente, era decretada a interdição de uma área~~ escolhida por um Sertanista da FUNAI no vale do Guaporê (Decreto nº 74.515, de 5 de setembro de 1974), que apresentava condições ecológicas para abrigar os grupos indígenas do vale do Guaporê e que se supunha estar livre do interesse de investidores; q) mal foi interditada essa área, começaram a aparecer na FUNAI, advogados representantes de agro-pecuárias que já possuíam interesse na referida área, alguns portando certidões negativas concedidas pela FUNAI; r) o Antropólogo iniciou seu trabalho junto aos Índios conseguindo levar para a área Interditada dois pequenos grupos (Hahaintesu e Waisu), para local previamente preparado, onde foram implantadas roças (houve uma colheita de 50 sacas de arroz), mas os grupos permaneceram por pouco tempo neste local pois estranharam e se queixaram que o novo local tinha muita pedra e pouca areia branca, que eles preferem para dormir; s) face a isto, o Piloto da Missão Cristã Brasileira que o ajudou neste trabalho explicou-lhes que toda aquela terra lhes pertencia e que podiam escolher outro local que julgassem melhor, tendo os Índios Hahaintesu penetrado mais para dentro da Área Interditada, indo se estabelecer em antiga área abandonada dos Índios Sararê, onde morreram três pessoas (duas mulheres e uma criança) anteriormente; t) os Hahaintesu haviam prometido

duas mulheres dos Sararê mas, em vista da morte de duas mulheres de seu grupo, não puderam cumprir a promessa, o que provocou desentendimento entre os grupos, levando à intervenção do pessoal da Fazenda Sapê Sararê que transportou os índios Hahaintesu à BR - 364, onde os deixou, tendo estes voltado às suas terras de origem, alguns em carona de caminhões, outros a pé; u) em 15 de abril, o Antropólogo encontrou o grupo Hahaintesu dividido em dois, acampados aproximadamente a 6 Km da BR - 364, a cerca de 1 Km da Pensão do Gaucho, muito gripados, tendo o Antropólogo iniciado providências para atendê-los, mas ao voltar ao local com medicamentos e alimentos, os grupos haviam fugido; v) a lição obtida pelo Antropólogo foi a de que não se pode mudar um grupo, sem informações adequadas e que os Hahaintesu não querem mudar-se enquanto a sua região de origem continuar fornecendo boas condições de sobrevivência; w) quanto aos Waisu, devido às péssimas situação em que se encontravam, foram transferidos para a Área Interditada em janeiro, tendo gostado do novo local que, infelizmente, era infectado de malária o que ocasionou a morte de quatro índios; continuam na área assistidos pela Missão Cristã Brasileira; x) um pequeno grupo, que se supõe pertencer aos Waisu, morando próximo à Fazenda Aburana (Sorana), não quis mudar com os outros em janeiro, porém, com as atividades da fazenda se aproximando da aldeia, é possível que agora concordem em se juntar a seus parentes na Área Interditada; y) convém esclarecer que, logo no início da implantação da nova po

lítica de ação no vale do Guaporê, a FUNAI (DGPC) cometeu o erro involuntário de não promover um encontro em Brasília ou em Cuiabá do Antropólogo contratado com o Sertanista que ainda atuava naquela área, seguindo as antigas instruções; este fato, ocasionou equívocos e incompreensões entre os dois técnicos, no campo, levando-os a radicalizar suas posições e a apresentarem queixas, acusações e dormentes mútuas. (Dados recolhidos de documentos do DGPC).

RELATÓRIO - O povo das aldeias Camararê e Serra Azul também querem gado, prometido pelo sertanista Fritz Tiksforf há dois anos. Infelizmente, não temos verba adequada, e parece aconselhável esperar a resolução do problema de terras antes de iniciar a pecuária nestes lugares. V. Terras O problema de terras continua sem resolução, pois apesar deste assunto ser da máxima importância para a normalização da situação dos Nambiquara, é um assunto no qual o Projeto Nambiquara não pode tomar providências diretas. São podemos fornecer os dados relevantes, e esperar que os funcionários mais altos na estrutura da FUNAI reajam vigorosamente para ajudarmos a assistir ao Índio. Assim, aproveitamos esta oportunidade para apresentar todas as informações necessárias à resolução deste problema. A discussão se divide em quatro partes: uma descrição das variáveis demográficas e sociais da tribo nambiquara que são relevantes ao problema, uma descrição da natureza das terras na região nambiquara, uma descrição das incursões da sociedade nacional na região, e com base nestes dados, sugestões para a resolução do problema. 1. Variáveis demográficas e sociais. Nossos dados mostram que atualmente existem 528 Nambiquara, com 182 no Campo, 178 no Vale do Guaporê, e 168 no Norte. Este não é um número muito elevado; sem dúvida, mais Índios moram na aldeia xavante de São Marcos do que em toda a região nambiquara. O que temos que levar em conta para resolver o problema dos Nambiquara é que eles, diferentemente

te dos Xavante, jamais aceitarão morar em aldeias grandes. As razões disto se encontram na natureza da estrutura social dos Nambiquara, que explicamos a seguir. O problema central gira em torno de como o indivíduo mantém a sua identidade étnica. Para sentir-se alguém, a pessoa tem que sentir-se parte de uma sociedade. Assim, um Nambiquara obrigado a participar na sociedade Brasileira contra a sua vontade desespera, por não ser mais Nambiquara nem ser Brasileiro, exatamente como desesperaria um Brasileiro obrigado a participar na sociedade da China. Então o Nambiquara faz questão de ser Nambiquara; de participar na sociedade nambiquara. Mas para participar numa sociedade, a sociedade tem que existir. Ela pode-se modificar, pode-se transformar, mas não pode perder a sua função básica de regular a vida dos seus integrantes, porque se perde esta função, a sociedade não existe mais. Nestes termos, é necessário ver como que a estrutura da sociedade nambiquara, regula a vida dos seus integrantes para ver como que a continuação daquela sociedade implica, necessariamente, na preservação de muitos grupos pequenos. O Nambiquara tem que casar com uma moça escolhida dentre várias que ele trata de "esposa." Como que é difícil achar uma moça na mesma aldeia, pela maioria das "esposas" serem novas demais ou já casadas com outros, geralmente é necessário casar com moça de outra aldeia. Depois do casamento, é possível ele ir a residir com os sogros, ou a moça vir a residir com os seus pais. Onde quer que os recém-casados morem, uma aldeia ou outra perderá um integrante e trabalhador. Para evitar este problema, é normal contratar dois casamentos simultâneos entre duas aldeias, de maneira que um casal resida na primeira aldeia após o casamento, enquanto o outro casal resida na outra aldeia. Dentro destas regras, os indivíduos fazem o jogo da vida. O pai de uma moça tenta casá-la com um rapaz que virá morar com ele, e o pai de um rapaz tenta arranjar um casamento com moça que virá morar com o filho. Em geral, os pais de moças têm mais êxito, pois mulheres são bens escassos, uma vez que têm índi

ce de mortalidade superior aos homens devido aos perigos do parto. Um homem quase só consegue reter o filho em casa à base de castigá-lo com uma berrã. Nesta situação, cada pai de dois ou mais filhos vira líder de uma facção pequena que luta para os seus próprios interesses. De acordo com as coincidências do nascimento, desenvolvem-se várias qualidades de facções. O pai que tem muitas filhas consegue muitos genros para trabalhar com ele e fortalecer a sua facção, mas a facção não pode continuar após a morte do fundador. O pai de muitos filhos tem uma luta dura para mantê-los em casa, mas se ele consegue, a facção, composto de irmãos, sobreviverá a morte do fundador. O pai que tem tantos filhos quanto filhas geralmente é obrigado a deixar os filhos casarem em outro lugar para conseguir, reciprocamente, maridos para as filhas, e resulta uma facção do primeiro tipo. Um pai que tem só um filho ou filha quase não tem possibilidade de formar facção, e muitas vezes ele acompanha o filho quando ele casa, ligando-se assim à outra facção. Uma vez que o princípio dirigente de cada facção é auto-interesse, conflito entre facções é um potencial sempre presente. Mas é importante evitar brigas, porque os membros de outras facções são parentes, sogros, cunhados, ou genros, reais ou potenciais. Logicamente, então, é necessário para facções que se vêem em conflito separarem-se, para que cada um tenha lugar para suas roças e área para caça, onde o outro vem-se vem - não como dono, mas como convidado. A necessidade das facções separarem-se aparece mais claramente em situações onde outras forças agem contra a possibilidade de separação. Por exemplo, a aldeia de Camararê já chegou a uma população de 69 pessoas, muito maior do que a aldeia tradicional, porque muitos índios se reuniram naquele lugar em procura da excelente assistência médica fornecida pelos missionários. Mas a aldeia inclui três facções que, em circunstâncias tradicionais, já estariam separadas. Uma vez que nenhuma das facções quer largar a assistência dos missionários para estabelecer-se em outro lugar, as três vivem num estado de tensão contínua, que já rompeu uma vez em briga aberta, na qual um

rapaz quase perdeu a vista com chicotada. A lição para a política indigenista da FUNAI é clara. Qualquer solução ao problema de terras tem que prever muitas aldeias pequenas, separadas por bastante espaço para cada uma ter a sua própria área de caça, e com ainda mais área inutilizada para novas facções a aproveitar. Já que a estrutura de formação de facções estabelecidas dificilmente duram mais de duas gerações, há de esperar um padrão de utilização da terra no qual, através dos anos, várias aldeias pequenas vão surgindo e sumindo em várias partes de uma área determinada. Não é possível planejar com al

deias grandes nem com aldeias fixas. Qualquer política que ignore estes fatos fracassará. (2.) A natureza das terras. Os

solos bons da região Nambiquara, indicados pela presença da mata natural, são quase todos no Vale do Guaporê. Em cima da Chapada dos Parecis, a terra tende a ser arenosa e a maioria desta área tem campo limpo ou cerrado baixo e ralo. Mata só existe em cabeceira e capões pequenos, onde não atinge muita altura, pela fraqueza do solo. Os solos melhores do Vale do Guaporê se encontram basicamente nas encostas da Chapada dos Parecis. Mais ao oeste, perto do Rio Guaporê mesmo, a mata é baixa, e em muitos lugares aparece cerrado e até gramados. Isto é, a riqueza da região consiste em uma faixa uns 30 Km em largura, de sedimentos depositados em baixo da Chapada por milênios de erosão e ainda não levados para o mar pelo rio. Esta área de mata atravessa a divisa de águas só no norte da região, onde as cabeceiras do Rio Cabixi chegam perto às cabeceiras do Rio 12 de outubro. Tradicionalmente, e até hoje em dia, a maioria dos Nambiquara moram nesta faixa fértil na borda da chapada. Tipicamente, constroem-se aldeias na beira do campo, onde tem areia branca para deitar-se e onde não tem tantos mosquitos quanto na mata. Mas a aldeia tem que ser perto de mata boa para poder fazer roças e caçar, e tem que ficar perto de um córrego que não seca, para o povo ter água para beber e tomar banho. Assim, as aldeias em cima da Chapada ficam no campo perto das cabeceiras, e as aldeias em baixo

da Chapada geralmente são construídas em pequenos campos naturais, e não em plena floresta. Em vista destas necessidades, qualquer área reservada para os Nambiquara tem que ter bastante mata para eles fazerem as suas roças e caçar enquanto não aprenderem a pecuária, e deve ter uma certa mistura de campo para eles fazerem as aldeias. (3) Incursões da sociedade nacional. De acordo com o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19/12/73), artigo 22: Cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes. Parágrafo único. As terras ocupadas pelos índios, nos termos deste artigo, são bens inalienáveis da União (artigos 4.º, IV, e 198, da Constituição Federal). Se fosse respeitada esta lei, quase todo o Vale do Guaporé seria patrimônio da União. O fato que é inteiramente em mãos particulares, a maioria dos quais tem Certidões Negativas da FUNAI, mostra que nem a lei nem a própria Constituição é respeitada, e que os órgãos aos quais competia a execução da lei não tinham o poder ou o interesse de fazê-lo. A situação do índio nambiquara é uma vergonha nacional. O mapa na página anterior mostra as estradas e derrubadas já efetuadas na região. O capital já aplicado em montar serrarias, implantar fazendas, e desenvolver a pecuária é incalculável; se os Nambiquara realmente possuissem usufruto das utilidades existentes nas suas terras, cada indivíduo seria milionário. Mas, longe disto, os índios se vem sendo destituídos das próprias fontes de sobrevivência; pois o Artigo 18 do Estatuto do Índio, que especificamente veda a pessoas estranhas à comunidade indígena caça, pesca, coleta, e atividades agropecuárias, não passa de piada na região. Os índios vão mal-nutridos pela ausência de caça, bebendo água poluída por gado, morrendo de doenças dos vivificados, enquanto a FUNAI fala respeitosamente com fazendeiros que queixam que os índios mataram um boi ou roubaram mandioca. Esta situação tem que parar. Temos que reservar terras boas para os Nambiquara: temos que fazê-lo imediatamente; e temos que protegê-las contra quaisquer tentativas de aliená-las. Mas, longe de conseguir uma reserva nova

na área interditada por Decreto nº 74.515, de 05/9/74, mal estamos conseguindo que seja respeitada a Reserva velha, criada por Decreto nº 73.221, de 28/11/73. Durante a viagem de levantamento, descobrimos quatro violações novas à Reserva Nambikwara, e constatamos que duas violações velhas ainda ficam sem resolução. a) A Bamerindus Agropastoril S/A estava medindo terras das quais alega ser dono, dentro da Reserva. O Diretor Executivo da empresa, Dr. Marco Antônio Vieira, disse-nos, na presença de duas testemunhas, que tinha autorização para tal medição do Sertanista Fritz Tolksdorf e do General Demócrito Soares de Oliveira. O General Demócrito negou esta acusação por rádio 171/DGPI de 14/3/75, mas o Sertanista Fritz admitiu o fato ao missionário Peter Kingston no dia 13/5/75, segundo o relatório que este apresentou ao Delegado da 5a. DR em 24/5/75. Com o apoio de uma carta do advogado da 5a. DR, Dr. José Corbelino, tentamos convencer o Bamerindus a afastar as turmas de medição. Pensamos que este esforço fosse bem sucedido até receber o Relatório (Nº 01, de 22 / 6/75) do Chefe de Posto Judas Thadeu e Silva, alertando-nos, que o Bamerindus continua a atravessar a Reserva. b) O Chefe de Posto Judas Thadeu e Silva descobriu entradas na Reserva um pouco ao sul da parte violada por Bamerindus, aparentemente em propriedade que um Sr. Deluccas alega pertencer a ele. Entrando nestes lugares, ele descobriu uma rede de estradas, típicas de colônia agrícola, recentemente feitas, e sinais de extração de madeira (Relatório nº 01, de 22/6/75). Ele continua as pesquisas sobre o assunto para tomarmos providências. c) Em frente da pensão conhecida como "do Português", quilômetro 628, vimos uma placa avisando que em breve haveria um posto de gasolina naquele lugar. Falamos com o dono da Pensão, o Sr. Oscar Francisco, avisando-lhe que o local pretendido fica na Reserva Nambikwara. Ele mostrou-se ciente do fato, mas disse que a construção foi autorizada pelo Sertanista Fritz. Ele disse que também tem uma chácara na Reserva, e tira água dali para a pensão, tudo autorizado pelo Fritz. d) O Chefe de Posto Silbene de Almeida, em conver-

sa com o Sr. Mário Pitacca, administrador da Fazenda Amburana da Sorana Importador de Automóveis S/A, foi informado de que esta empresa pretende fazer um depósito de madeira e casa para empregados na beira da Reserva, também alegadamente com a autorização do Sertanista Fritz. O Silbene informou ao Sr. Mário que tal autorização não tem caráter legal (Relatório nº 01, de 20/6/75). e) O Sr. Flávio Pereira Leão continua operando a Pensão de Posto de Gasolina Vale do Guaporé em terras que acreditamos pertencer à Reserva. Já que a empresa a qual o Sr. Flávio tem título foi implantada antes da criação da Reserva, ele continua a esperar que a FUNAI reconheça o seu direito de ficar. A sua presença pouco prejudica os Índios. f) Bem mais grave é o caso do Sr. Ademar Geraldo Pereira César, que tem uma fazenda pequena em plena Reserva, perto de Serra Azul e Aldeia Branca. Desde 1962, o Sr. Geraldo com sua esposa e filho, convivem mais ou menos pacificamente com os Índios. Entretanto, segundo o Relatório do Chefe de Posto Ariovaldo José dos Santos (Nº 01, de 22/6/75), atualmente o Sr. Geraldo está "colocando estranhos na área, e tem deixado de ser o lavrador pacífico que se nos apresentava". Ainda mais surpreendente é a alegação do Sr. Geraldo contida no mencionado Relatório, de que ficou combinado que ele pagaria a quantia de 2.000,00 cruzeiros ao Sertanista Fritz Tolksdorf pelas benfeitorias existentes no ex-PI Wasu su quando forem reconhecidos os seus títulos à terra. Se a FUNAI não resolver logo o caso, Sr. Geraldo acabará trabalhando todas as terras boas no sul da Reserva como se fossem suas, ao grande prejuízo dos Índios. (4.) Sugestões para resolver o problema de terras. Obviamente, os Nambiquara, já reduzidos a um décimo da sua população no começo deste século, não precisam de toda a sua região tradicional. Mas precisam, sim, de terras boas, terras dentro da própria região nambiquara, terras que satisfaçam as exigências de sua economia e estilo de vida. A questão é onde reservar estas terras; Claramente, a Reserva Nambiquara criada por Decreto Nº.

73.221 foi um grande erro, que só podemos atribuir a uma falta de informações assustadora, por parte dos responsáveis. Além de conter só 75.000 hectares de mata (a maior parte no canto noroeste disputado pelos Bamerindus), e quase 1.000.000 hectares de campo, ~~o resto é arido~~, a parte nordeste nem pertence à região nambiquara, sendo habitada por um grupo Pareci recentemente contatado pelo Pe. Tomás de Aquino Lisboa, da Missão Anchieta. É absolutamente necessário ~~construir o rio e reservar outras terras.~~ Uma possibilidade que temos que levar muito a sério seria criar muitas reservas pequenas, talvez uma para cada um dos 13 grupos existentes. Esta alternativa teria a vantagem de evitar a mudança de alguns grupos, uma vantagem muito importante uma vez que a religião liga fortemente cada grupo às suas terras tradicionais, onde os antepassados são enterrados. Talvez teria, também, a vantagem de facilitar os problemas legais, pois é possível que algumas grandes fazendas, para servir aos seus próprios interesses, cederiam uma pequena parte das suas terras ao Índio. Infelizmente, esta solução não resolveria o problema. Rodeadas de fazendas, estas reservas careceriam de caça, ainda teriam água poluída por gado, e os Índios continuariam atravessando as fazendas para visitar e arranjar casamentos com Índios de outras reservas, de maneira que continuariam pegando doenças dos civilizados, e continuariam morrendo. Assim, é claro que a única resolução do problema de terras é a criação de uma ou duas reservas de tamanho razoável, capazes de sustentar várias facções, em terras que são aceitáveis de acordo com os critérios dos próprios Índios. Com esta alternativa, será necessário mudar alguns grupos, mas a experiência mostra que, satisfeitos os critérios econômicos e sociais, a mudança é possível, apesar das ligações religiosas com as terras tradicionais. Duas aldeias de Maindê, a aldeia de Alta Formiga, a aldeia de Bacaiuvaí, uma aldeia de Wãisū, e o grupo de Marco Rondon já se mudaram com êxito para terras reservadas ou interditas. Em contraste, os Wasūsū, os Alãttēsū e os Hahaintēsū, que foram mudados sem satisfazer estes critérios, todos voltaram para as suas

terras tradicionais. O primeiro passo, então, é reservar a área entre o Galera e Sararê, interdita pelo Decreto Nº 74.515. Como mostra claramente uma olhada no mapa, não é mais possível reservar outra área de tamanho razoável e terras aproveitáveis dentro da região nambiquara sem incluir grandes fazendas já desenvolvidas, que criariam lutas legais difíceis e que seriam caríssimas para indenizar. Além de ser a única área ainda possível por ter poucas obras agropecuárias já em andamento, é uma área que satisfaz muito bem os critérios econômicos e sociais dos Nambiquara. Tem mata boa para roças que contêm uma abundância de caça; tem campos para fazer aldeias, e tem córregos nascidos na Serra de São Vicente que são limpos e saudáveis. Uma parte da área pertence tradicionalmente ao grupo do Alto Sararê, e atualmente se encontra uma parte deste grupo morando dentro da área, o resto do grupo entraria na área com um pouco de incentivação. O canto nordeste da área é área de perambulação tradicional dos Wasúsú, e eles já aceitaram mudar para lá. A parte norte é área de perambulação dos Alattêsú, e eles querem mudar para lá. A maior parte dos Waisú já se estabeleceram na parte sul da área. Assim, de todos os Índios no sul do Vale do Guaporê, o único grupo que fica em dúvida é os hahçintêsú, que voltaram da área pelas razões acima especificadas. Entretanto, se supõe que quando os líderes deste grupo percebem mais claramente a impossibilidade de continuar na sua região tradicional, eles também se mudarão. Dentre os outros grupos, uma parte dos Índios do Seringal de Faustino se mudaram para o PI Nambiquara dia 30/5/75, e o grupo que morava em Marco Rondon também se transferiu ao PI no dia 22/6/75, como consta no Relatório (Nº 01, de 22/6/75) do Chefe de Posto Judas Thadeu e Silva. O resto dos Índios de Seringal de Faustino declararam-se prontos para mudar para a parte norte da Reserva, assim que terminem a colheita. Os Nagarottu, segundo o Relatório de Peter Kingston (24/5/75), também querem mudar-se para o canto noroeste da Reserva, e só esperam um pouco

de apoio da FUNAI. Em fim, com a criação de uma reserva na

área interdita, quase todos os Nambiquara entrariam em terras reservadas. Futuramente, se os índios do grupo de Serra Azul e de Camararê aceitarem mudar-se, ou para o canto noroeste, ou para a reserva a ser criada, poderia ser liberada a maioria da Reserva velha, guardando só o PI Nambiquara e uma parte da Reserva a ser delimitada na seguinte maneira: oeste a estrada BR-364; norte - o Rio 12 de outubro; leste - uma linha reta e seca rumo SE (559) partindo da foz do córrego que entra no 12 de outubro pela margem esquerda aproximadamente 35 Km abaixo da velha linha telegráfica; sul - o Rio Camararê até a foz do córrego que entra pela margem esquerda e que atravessa a BR-364 no Km 748, daí subindo este córrego até a estrada. Também deve ser retida uma parte no extremo nordeste para os Pareci recém-contatados. O que mais precisa de ênfase é a urgência das medidas para resolver o problema de terras. Qualquer demora, e os Nambiquara ficarão extintos. Quem saiba da situação e permita demora é culpável de genocídio. P. David Price Coordenador do Projeto Nambiquara - 07 de julho de 1975.

ALTERNATIVAS OFERECIDAS PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS NAMBIKUARA

A) Deslocamentos dos índios do Distrito do Guaporê para a área interdita, Decreto nº. 74.513 e dos demais grupos para a Reserva criada em 1968 e alterada em 1973. (Solução proposta pelo Dr. Paul David Price). - Tal alternativa oferece os seguintes aspectos positivos: 1 - os índios teriam condições propícias para garantir sua subsistência dentro da cultura tradicional. Em alguns casos os grupos indígenas já estão sobrevivendo de esmolas, dadas pelas fazendas. As derrubadas de florestas avançam a uma enorme velocidade por todo o vale do Guaporê, destruindo as possibilidades de sobrevivência dos grupos Nambikwara. A destruição da caça, principal fonte de proteínas dos Nambikwara, não ocorre apenas devido à destruição das florestas, mas também devido à competição com os trabalhadores das grandes agropecuárias. O gado nelas criado não é consumido localmente, sendo a carne de caça a maior fonte de proteínas na

alimentação também dos trabalhadores nacionais. A área interdita ainda se encontra relativamente pouco derrubada em relação a outras. Assim as possibilidades de garantia da subsistência dentro da tecnologia tradicional, seriam mais adequadas; 2 - Os Nambikwara, seguindo o padrão de oposição entre categorias de parentesco afins, necessitam de uma certa distância separando as aldeias. Necessitam também, no entanto, de acesso periódico às diversas aldeias para que, através de visitas, se realizem casamentos. Os pequenos tamanhos dos diversos grupos locais, em que a maioria das pessoas são parentes consanguíneos " (segundo os critérios extensivos" da terminologia de parentesco)", levam a necessidade da busca de cônjuges em outras aldeias. Os constantes deslocamentos para visitas políticas e em busca de cônjuges seriam mais convenientes se realizados em uma área única Nambikwara, sem a necessidade de que os índios cruzem as fazendas; 3 - Uma área única para todos os Nambikwara do Distrito do Guaporé seria de mais fácil vigilância e defesa e facilitaria também a atividades de assistência. Um único posto indígena completo, com enfermaria, atenderia a todos os índios. 4 - Os Nambikwara, menos expostos a fazendas, devido a não necessidade de atravessá-las, teriam menor necessidade de transformar sua cultura tradicional. É sabido o preço que pagam as populações indígenas obrigadas a uma rápida mudança econômica e social. Tal problema seria minimizado na área interdita, devido ao menor contato com fazendas. Deve ser lembrado ainda que a cultura Nambikwara é, ao que parece, extremamente resistente à mudança sócio-cultural; 5 - A mudança de alguns grupos diminuiria problemas de saúde, devido à menor contaminação da água em alguns pontos da área interdita; 6 - Para serem criadas pequenas reservas, dadas a tecnologia e a forma de organização social atuais, seria uma luta na justiça muito maior-pois quão pequenas seriam essas pequenas reservas; B - Alternativa de criação de pequenas Reservas. 1 - Um inconveniente da transferência dos Nambikwara de seu território tradicional vem do próprio apego desses índios ao seu

território, principalmente no lugar em que estão enterrados seus mortos. A transferência seria uma forma de violação de um aspecto essencial da identidade de cada pequeno grupo Nambikwara, com efeitos talvez imprevisíveis na sua estrutura social. A alternativa, portanto, seriam reservas menores para cada grupo. 2. As tentativas de transferência frustradas, com perdas de vidas, entre os grupos do Vale do Guaporê levam a colocar em dúvida a viabilidade de uma transferência de todos os grupos. 3. A situação de miséria atual entre alguns grupos Nambikwara deve-se, ao que parece, não à destruição das matas, mas sim ao contato com as fazendas e à dependência com elas estabelecida. Os índios, na área interdita, seriam "atraídos" pelas fazendas, da mesma forma que o são em outras partes do vale. É verdade, no entanto, que numa área contínua não haveria necessidade de se cruzar fazendas quando dos deslocamentos dos Nambikwara, visitando uns aos outros. 4. A FUNAI enfrenta uma decisão irreversível. Ou opta pela área interdita, ou por pequenas reservas. Escolhendo uma alternativa deverá abandonar a outra. A opção pelas pequenas reservas é mais fácil de defesa na justiça, pois é lá no risco de que seja ela perdida na justiça e de que fiquem os índios sem terra alguma no sul do Vale do Guaporê. 5. Parte da área interdita está subjudice e é possível que toda ela fique nesta situação. Estima-se em três anos a luta na justiça, quando só então se poderá saber se na transferência pode ou não ser realizada. Até lá a assistência prestada aos Nambikwara será sempre relativamente precária e estarão eles muito expostos a doenças e à dependência das fazendas. 6. Há ainda áreas não derrubadas e razoavelmente grandes no vale do Guaporê, mais próximas ou partes dos territórios tradicionais dos diversos grupos Nambikwara. Considerando a possível inevitabilidade do contato com fazendas na área interdita ou em reservas individuais menores, para cada grupo, esta seria uma solução mais segura. 7. É possível que a área interdita seja de malária e endêmica, de forma pior que em outras do

vale do Guaporé. As informações sobre o assunto são porém con
traditórias e inseguras, embora tenham morrido quatro Índios
de malária na última transferência". - O Professor PEDRO
AGOSTINHO, também, deu uma grande contribuição, através de
seu relatório, ratificando o projeto do Professor PRICE, inclu
sive, enriquecendo-o com mais alguns detalhes, com mapas e fo
tografias. - Professor CARLOS MOREIRA NETO (Antropólogo), in
terpela ao Professor PRICE perguntando se as áreas interdi
tadas são de perambulação dos Índios ou são áreas de localiza
ção de aldeias. - Responde PRICE que são aldeias, e esclare
ce, que a aldeia Nhambikwara não é permanente, que essas al
deias são utilizadas durante uns dez a vinte anos, depois mu
dam, voltando para a mesma aldeia, portanto, não faz sentido
perguntar onde esses Índios têm aldeias; se queremos saber on
de ficam os Índios Nhambikwara, devemos perguntar onde fica o
território deles. - Professor KENNET TAYLOR, pergunta qual a
base de vida dos Nhambikwara e sobre a realidade de vida: des
se grupo. - Professor DAVID PRICE define o grupo como unidade
geográfica, demográfica e sócio-político; que, desde quando
entrou no território Nhambikwara, em abril de 1968, procurou
conhecer esses grupos através de documentos históricos, e que,
existem ainda alguns problemas para um rescenseamento; dizendo
que foi o único que eles deixaram entrar naquela aldeia, em
caráter permanente; dizendo que a dizimação daqueles Índios
foi uma coisa espantosa, de acordo com os dados históricos, e
que é muito difícil determinar os dados ecológicos, mas existe

mais ou menos vinte ou vinte cinco pessoas por aldeia. - Professora LUX VIDAL pergunta qual o grau de aculturação dos Nhambikwara. - Responde o Professor PRICE que é muito pouco; a dificuldade de trabalhar e a situação dos Nhambikwara é meramente decrépita; eles possuem consciência da natureza com problema de terras, e que a maioria não conhece mais que vinte palavras em português; os Índios do Guaporé estão com menos de oito anos de contatos com civilizações e ainda vivem no seu habitat anterior. - O Professor CARLOS MOREIRA NETO indaga se a FUNAI já utilizou ou utiliza na área, auxiliares de campo, e qual a importância técnica e econômica dos Índios mais aculturados. - Responde o Professor PRICE que, na região a FUNAI já utilizou-os, mas que infelizmente não deu resultado. - O Professor EDUARDO GALVÃO indaga, no grupo Nhambikwara, quem derruba as roças? - Professor PRICE responde que são os homens obviamente! - O Professor ZARUR pergunta, quantas aldeias estariam destinadas a entrar na área interdita e quantos recusam a entrar nessa área; - Responde PRICE que são seis grupos, que quatro deram certo e dois fracassaram. - Indaga Professor ZARUR, porque os dois grupos não deram certo, fracassaram. - Responde DAVID PRICE que, quando fora para Cuiabá, para iniciar o Projeto Nhambikwara, fora bastante pressionado durante o seu trabalho. - O Presidente, General ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA, determinou aos presentes que já poderiam partir para os debates. - DOS DEBATES. - Todos os presentes, inclusive os convidados apresentaram suas suges

tões, sugestões essas, jurídicas ou ecológicas. Das sugestões, a mais acatada e bem recebida pelo grupo: Professora CARMEM JUNQUEIRA DE BARROS LIMA, Conselheiro ORLANDO VILLAS BOAS, Professor FERNANDO ALTENFELDER e Professor CARLOS DE ARAÚJO MOREIRA NETO, quando apresentaram uma proposta onde se deverá efetuar em primeiro lugar; uma ação rigorosa da FUNAI em relação a área, não a área reservada, mas às outras áreas, abrindo imediatamente grandes roças, não estimulando os índios a abrir roças, mas fazendo a FUNAI, com utilização de trabalhadores e equipamentos modernos, devendo abrir grandes roças nas áreas florestais mais próximas às várias aldeias dos índios; segundo - a instalação nesses locais onde se abrirem roças de Postos de atendimento, onde funcionasse como centro de distribuição de alimentos, medicamentos, etc., e que tivesse um agente capaz de atrair os índios. - Professor OLYMPIO JOSÉ T. SERRA, sugeriu a seguinte proposição: 1º Aproveitar a área interdita da pelo (Dec.73.221, de 28.11.73), como área indígena dos Nhambikwara do Sararê e, como válvula de escape para futuros problemas; 2º Manter as áreas indígenas no restante do Vale do Guaporê, em limites mínimos necessários, dada a impossibilidade atual de um território contínuo. O Sr. Presidente, achou que o assunto Nhambikwara já fora perfeitamente debatido, e a partir daquele momento deveria cair na área de execução, de modo que, como essa reunião está se processando dentro dos moldes do Conselho Indigenista da FUNAI, solicitou ao Professor ROQUE DE LARAYA, lesse a proposição dele, a fim de que pudesse submeter à aprovação do Conselho Indigenista. - O Professor ROQUE DE LARAYA, disse que gostaria de lembrar que as proposições não eram suas, era apenas uma tentativa de sistematização de várias proposições que foram levantadas ali, e que foram apoiadas por ele, que são: I) - "Paralizar as expansões das fazendas, através da contestação jurídica de posse por parte dos fazendeiros de terras que, tradicionalmente, pertencem aos índios"; II) -

- "lutar pela defesa da área interditada, a fim de possibilitar a transferência dos Índios, proporcionando-lhes viver, num território contínuo". O Senhor Presidente colocou em discussão por parte do Conselho a referida proposta. - Os Conselheiros se declaram de acordo. - O Sr. Presidente, declara que a proposta fora aprovada por unanimidade e, passando para a segunda parte do trabalho que constara em pauta: Da participação de Antropólogos na ação indigenista brasileira, dando a palavra ao Professor ZARUR, para falar sobre o assunto. - O Professor ZARUR, fez uma ligeira explanação discorrendo dentro do ponto-de-vista antropológico da necessidade de entrosamento de antropólogos aos diversos problemas indígenas, tecendo vários elogios, com a experiência obtida na reunião, e, a colaboração que poderia receber sobre a referida participação. - Todos os Antropólogos deram as suas opiniões quanto a participação às reuniões, no que se refere à política indigenista brasileira. Todos agradeceram ao Presidente do Conselho, pelo convite, prometendo contribuir com o que for necessário. - O General ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA, referiu-se que, quando fora proposta na pauta, a participação de Antropólogos na ação Indigenista brasileira, isto não significava evidentemente que representasse um apoio à FUNAI. O que queria mesmo era o apoio ao Índio - era este o grande objetivo. Disse que a FUNAI pode errar e é passível de críticas, e, que tais críticas, serão aceitas de bom grado; que não é infalível, isto, referindo-se à Administração da FUNAI, daí, considera como participação, críticas sugestivas, pois a FUNAI se colocou muito no passado, que

rendo realizar todo trabalho sozinho, e, esse isolamento, em que a FUNAI se colocou, representou perda de tempo com relação a essas comunidades indígenas. Fez um ligeiro retrospecto da administração atual, das necessidades existentes no quadro de pessoal, do desconhecimento de várias situações indígenas e que está procurando com todas as forças possíveis recuperar o tempo perdido, a fim regularizar, pelo menos em parte, alguns problemas indígenas. Considera essa primeira participação de Antropólogos, como uma experiência; que a participação na reunião do Conselho Indigenista da FUNAI, fora perfeitamente válida, e que outras convocações serão feitas, e espera colaboração de todos. Que iniciamos a reunião com duas alternativas, radicais, uma ou outra, com vantagens e desvantagens, e que nenhuma delas satisfazia integralmente. Graças à participação dos presentes, chegamos a uma solução racional que, evidentemente, precisará ser estudada, debulhada, para que venha a se concretizar. De modo que, em nome do Conselho Indigenista da FUNAI e de Diretores de Departamentos, só tenho a agradecer essa participação efetiva. Sei que cada um saíra de seus labores para vir participar desta reunião e, isto representa o idealismo e grande interesse pelo nosso indígena, em comparecer a esta reunião, de maneira que, a FUNAI, só tem que agradecer essa participação efetiva, esperando que, em outras oportunidades possamos também, contar com o apoio e o amplo conhecimento que cada um tem a respeito da problemática indígena. Este é um trabalho que deverá continuar, pois gostaria de resolver, pelo menos em parte, esses problemas; portanto, conto com a ajuda de

de todos, e é este, o meu objetivo. - "O meu muito obrigado".
- ATA redigida pela Secretária do Conselho Indigenista, NEUSA
MARIA DOS SANTOS, que assina com o Senhor Presidente, General
ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA e Senhores Conselheiros

Ismarth de Araujo Oliveira
ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA
Presidente

Antonio Carlos de Azevedo
ANTONIO CARLOS DE AZEVEDO
Titular Min. Saúde

Glovis Viana S. da Fonseca
GLOVIS VIANA S. DA FONSECA
Titular INCRA

Roque Barros Laraya
ROQUE DE BARRÓS LARAYA
Titular UNB

Alfredo Gastal
ALFREDO GASTAL
Titular MINTER

George Cerqueira L. Zarur
GEORGE CERQUEIRA L. ZARUR
Titular FUNAI

Orlando Villas Boas
ORLANDO VILLAS BOAS
Titular FUNAI

James Winfield Wilson
JAMES WINFIELD WILSON
Titular SUMMER

RELATÓRIO SOBRE VIAGEM AO VALE DO
GUAPORÉ, ESTADO DO MATO GROSSO, COM
O FIM DE FAZER PROPOSIÇÕES PARA SO-
LUÇÃO DO PROBLEMA DE TERRA PARA
OS NAMBIQUARA DO REFERIDO VALE.

O que abaixo expomos é importante resultado de nos-
sa viagem e leitura dos relatórios do Sr. Coordenador do Proje-
to Nambiquara DAVID PRICE e do Sr. Pedro Agostinho avaliador do
referido projeto em dezembro de 1975.

Informamos que percorremos entre 11/05 e 25/05/76,
utilizando de carro, cavalo e as pernas, no vale, 9 dias entre al-
deias existentes e entre 14/06 e 17/06/76, sobrevoamos todos os
locais onde estão as atuais aldeias, num total de 10:20 horas
de voo.

A população Nambiquara compõem-se de 24 aldeias
espalhadas em área extremamente grande, sendo parte já reserva-
da, parte interdita e parte onde não se temou nenhuma provi-
dência concreta no sentido de dá-las ou não os índios que junta-
mente com as grandes agro-pecuárias as ocupam.

As diferenças de ordem lingüística, culturais e
as teias de relações sociais que unem e desunem as várias alde-
ias, distinguem três agrupamentos principais, unificados pelas
semelhanças de língua, cultura material, laços sociais e econô-
micos. Estes três agrupamentos são: Nambiquara do Norte; Nambi-
quara do Campo e Nambiquara do Vale do Guaporé. Neste último en-
contramos onze aldeias sendo quatro no alto Sararé, uma no alto
Galora os Vasuso, uma na fazenda Estrela do Guaporé os Alantisu,
três nas fazendas Agro-Pecuária Vale do Guaporé e Fazenda Lai-
cea, os Habáinetosu, duas Waysu, sendo uma na fazenda Sorana e
outra em instalação na área interdita.

Os membros da aldeia são unidos pela obrigação de
partilhar comida. Cada família extensa tem sua roça, ajudando
entretanto ao chefe no preparo e trato da sua própria roça, com
o fim de dela servir, se necessário.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO índio - FUNAI

O trabalho agrícola, agricultura de coivara, é praticado durante as chuvas, deixando as visitas aos parentes para o período das secas. A caça e a pesca não tem períodos rígidos, havendo entretanto, épocas que se pesca mais do que se caça ou vice o versa.

Como um homem deve casar com uma mulher que seja sua parente afim e da sua mesma geração é pouco provável que ao procurar esposa a encontre em sua própria aldeia, uma vez que o número reduzido de membros restringe obviamente o número de mulheres nesta categoria. Assim, terá obrigatoriedade de buscar mulher em outras aldeias, às vezes a centenas de km, o que geralmente não resolve em uma só visita, sendo necessárias várias. É comum, para preservar o equilíbrio da força de trabalho, preferirem fazer dois casamentos recíprocos e simultâneos.

A residência após o casamento, embora de livre escolha é geralmente uxori-local, uma vez que a falta crônica de mulheres devido à mortalidade pós-parto dá ao pai da noiva maior poder de barganha. Dependendo portanto das coincidências de nascimento e da antúcia com que casa seus filhos, cada homem terá possibilidade de tornar-se líder de uma facção e vir a ser o chefe da aldeia em que vive ou dela mudar para estabelecer nova aldeia com seus seguidores que são seus parentes próximos.

A rede de inter-casamento está entretanto, associada ao faccionalismo generalizado, o que torna potencialmente hostis os mesmos grupos que trocam mulheres, gerando território de caça e pesca bem como terras cultiváveis independentes uma vez que as hostilidades geram dispersão das aldeias.

Ainda que habitantes do vale, onde o percentual de floresta é bem mais significativo do que nas áreas de campo e cerrado, os grupos dificilmente constroem suas aldeias no meio da mata. Ao contrário, preferem o campo, junto a uma cabeceira de rio ou córrego, à borda da mata onde constroem com madeiras e folhas de buriti ou babagu suas malocas (hoje já aproveitam tábuas, latas e papéis abandonados pelos nacionais) evitando a excessiva umidade dos terrenos cobertos por floresta e as diversas variedades de mosquitos que não permitem a tranquilidade necessá

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO Índio - FUNAI

Para a instalação das aldeias para as roças e fornecimento a tão cobrada caça, tanto útil de proteínas ao lado do pouco peixe.

O contato indiscriminado e a instalação das grandes Agropecuárias com seus milhares de peões, vem causando a desestruturação da estrutura social, a depopulação paulatina é rápida, através de gripes, sarampos e verminose. A caça e a pesca escasseiam rapidamente e as doenças das florestas vem impossibilitando ainda a agricultura da coltura. [Só a falta de ciência, amor ao trabalho e perseverança do chefe do posto indígena que vivem na cabeceira da pista do pouso da Fazenda Zilberenzetti fizeram este ano sua roça de mandioca, milho, amendoim e banana.]

As alternativas que seguem estão numeradas do modo que as primeiras são as que atendem melhor as peculiaridades, resumidamente apresentadas, dos diversos grupos.

Procuramos, com o fim de facilitar a escolha, colocar as vantagens e desvantagens de cada das alternativas apresentadas, bem como indicar nos mapas anexos - localização de cada uma.

1ª Alternativa

Toda a área interdita pelo Decreto nº 74.515, de 05/09/74, mais parte da fazenda Sapê Sarara, locais onde estão instaladas as aldeias do Capitão Américo e Capitão Tito - Parte verde do mapa nº 1.

Área aproximada: 349.000 hectares.

Vantagens

a) Área suficientemente grande para instalação de todos os grupos, permitindo-lhes a um só tempo, separação e proximidade especial suficientes à estrutura de conflitos e alianças, bem como territórios de caça, pesca e área agrícola independentes;

b) caça e pesca abundante;

c) terras propícias à agricultura;

d) grande parte da área é território tradicional;

e) possibilita controle do contato indiscriminado

com as frentes de expansão, permitindo:

I) controle da entrada de doenças infecto contagiosas;

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO Índio - FUNAI

- II) preparação eficaz da população, para um contato eficaz com a sociedade nacional e,
- III) quebra da dependência e atrito com as fazendas, pois quase todas os limites são naturais;
- f) contar com 4 aldeias já instaladas e uma, as Waysu, que estão em Vila Bela, em instalação;
- g) a parte intercomunada, os índios, concordam com a mudança, desde que a longo prazo e que contem com infra estrutura de estrada e atendimento de saúde;
- h) torna possível a preservação da fauna e flora do vale, hoje em rápida extinção;
- i) permite controle das fontes de água contra a poluição.

Desvantagens:

- a) ter que mudar 4 grupos, num total de 6 aldeias;
- b) fazer infra estrutura em estrada e atendimento de saúde.

2ª Alternativa

Lado direito da Serra São Vicente - parte da área interditada pelo Decreto nº 74.515 de 05/09/74, mais parte da Fazenda Sapê Sarare, onde estão as aldeias do Capitão Américo e do Capitão Tito - Parte em rocho no mapa nº 2 - Área aproximada de 178.280 hectares.

Vantagens:

- a) área suficientemente grande para instalação de todas os grupos, permitindo-lhes a um só tempo, separação e proximidade espacial adequadas à estrutura de conflitos e alianças, bem como território de caça, pesca e área agrícola independentes?
- b) caça e pesca em abundância;
- c) terras propícias à agricultura;
- d) toda a área e território tradicional;
- e) possibilita controle do contato indiscriminado com as frentes de expansão, permitindo;
- I) controle da entrada de doenças infecto contagiosas;

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

II) preparação eficaz da população, para um contato eficaz com a sociedade nacional e

III) quebra da dependência e do atrito com as fazendas, pois quase todos os limites são naturais;

f) contar com 4 aldeias já instaladas e uma, os W. yau que estão em Vila Bela, em instalação;

g) a parte interessada, os índios concordam com a mudança, desde que lenta e que conta com infra estrutura de estradas e atendimento de saúde;

h) permite controle das fontes de água contra a poluição;

i) contar com estrada que chega até uma das aldeias.

Desenvolvimento:

a) ter que mudar 4 grupos, num total de 6 aldeias;

b) fazer infra estrutura em estrada e atendimento de saúde permanente.

3ª Alternativa

Lado esquerdo da Serra São Vicente mais metade do lado direito, parte inferior mais fazenda Sapô Sarare, onde estão instaladas as aldeias do Capitão Américo e do Capitão Tito - Parte amarela no mapa 1 - área de 275.720 hectares.

a) área suficientemente grande para instalação de todos os grupos, permitindo-lhes a um só tempo, separação e proximidade espacial adequada à estrutura de conflitos e alianças, bem como território de caça, pesca e área agrícola independentes;

b) caça e pesca em abundância;

c) terras propícias à agricultura;

d) parte da área é território tradicional;

e) possibilita controle de contato indiscriminado com frentes de expansão, permitindo:

I) controle da entrada de doenças infecto contagiosas;

II) preparação eficaz da população para um contato eficaz com a sociedade nacional e;

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

III) quebra da dependência e do atrito com as fazendas, pois em boa parte dos limites são naturais;

f) contar com 4 aldeias já instaladas e uma, em Waysu que estão em Vila Bela, em instalação;

g) controle da parte das fontes de água contra poluição;

h) contar com duas estradas que ligam a área.

Desvantagens:

a) ter que mudar 4 grupos, num total de 6 aldeias;

b) fazer infra estrutura nos dois lados da serra, em estradas e atendimento de saúde, implicando em dois postos de atendimento com pessoal e infra estrutura que requerem;

c) algumas aldeias, como os Hahaintesu, manifestaram desejo de mudar mas não para esta área;

d) grande parte da área é inundável e a erradicação de malária será mais difícil;

e) dificuldade de contato entre os dois PI necessários.

4ª Alternativa

Grande área continua englobando locais onde estão localizadas as atuais aldeias - Área em verde no mapa nº 3 - área aproximada de 251.350 hectares.

Vantagens:

a) não mudar nenhuma aldeia;

b) área suficientemente grande para todas as aldeias que lá estão e para as futuras que por certo viram permitindo a um tempo, proximidade e dispersão espacial adequado às alianças e hostilidades, bem como território de caça, pesca e agricultura independentes.

c) terras férteis, propícias à agricultura;

d) toda a área é território tradicional;

e) evitar atrito com as fazendas

f) facilidade de acesso às aldeias;

g) caça e pesca abundantes em algumas áreas.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI

Desvantagens:

- a) dificuldade de assistência por parte da FUNAI, tendo em vista a dispersão e localização das aldeias o que levará a instalação de no mínimo 4 postos de atendimento, com pessoal independente e infraestrutura que requerem tais postos;
- b) dificuldade de contato entre as aldeias sem que saia do território indígena;
- c) impossibilidade de controle das fontes de água contra poluição;
- d) dificuldade de controle do contato indiscriminado, uma vez que os limites são artificiais.

5ª alternativa

Meio lado direito da Serra São Vicente, mais parte da fazenda Sapô Sarare onde estão aldeias do Capitão Américo o Capitão Tito, mais áreas independentes para Alantosu, Wasuso e Hahaiutouu.

Vantagens:

- a) área suficiente para instalação de todas as aldeias, sendo que 7 delas encontram-se já instaladas e uma em instalação que é a dos Waysu que estão em Vila Bela;
- b) território tradicional;
- c) terras férteis, propícias à agricultura;
- d) ^{evitar} atrito com as fazendas;
- e) facilidade de acesso às aldeias;
- f) caça e pesca abundante em algumas áreas.

Desvantagens

- a) ter que mudar 3 aldeias;
- b) dificuldade de assistência por parte da FUNAI, uma vez que será necessários quatro postos de atendimento com infra estrutura e pessoal;
- c) dificuldade de contato entre as aldeias, uma vez que ficarão ilhadas entre as fazendas;
- d) dificuldade de controle do contato indiscriminado, pois que os limites são artificiais;
- e) dificuldade e impossibilidade de controle da poluição das fontes de água.

S
E
L
E
C
I
O
N
A

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍGENA - FUNAI

f) dificuldade de controle da dependência das fazendas.

6ª Alternativa

Pequenas reservas para todas as atuais aldeias - Parte em azul do mapa 3º, com área aproximada de 143.272 hectares.

Vantagens:

- a) não tem que mudar nenhuma aldeia;
- b) terras suficientes para todas as aldeias;
- c) terras férteis, propícias à agricultura;
- d) toda a área é território tradicional;
- e) facilidade de acesso às aldeias.

Desvantagens:

- a) não atender as estrutura de conflitos e alianças em função da dificuldade de contato sem que se passe entre as fazendas;
- b) isolamento das aldeias, pelas fazendas;
- c) dificultado ou mesmo impossibilidade de evitar o contato indiscriminado;
- d) impossibilidade de controle das fontes de água;
- e) dificuldade de assistência por parte da FUNAI, uma vez que continuariam em pequenos grupos dispersos em uma grande área;
- f) caça e pesca em rápida extinção, não existindo dentro de no máximo 3 anos;
- g) continuação da dependência das fazendas;
- h) continuação dos conflitos com as fazendas;
- i) parte das áreas estão formadas em capim.

Deixamos de abordar o problema da ocupação das terras que implicam nas propostas apresentadas, bem como as implicações econômicas e legais por ser a área de conhecimento dos departamentos especializados deste órgão que por certo melhor apresentaram os problemas.

Brasília, 29 de junho de 1976.

NORALDINO VIEIRA GRUVINEL
Antropólogo " A "

NVG/muaa

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. FUNAI 0.28.25/76

Fto. 02

Rubrica

RELATÓRIO 01/CPH/76

ATIVIDADES DO PROJETO NAMBIQUARA DURANTE O 4º TRIMESTRE DE 1975

02/4/1976

Descriminamos abaixo as atividades do Projeto Nambiquara no quarto trimestre de 1975, dividindo as nossas observações em quatro assuntos: Saúde, Educação, Desenvolvimento Econômico, e Terras.

Saúde. No Vale do Guaporé, a saúde foi geralmente boa, enquanto que no Campo e no Norte houve surtos de gripe e malária, exigindo, em alguns casos, tratamento profissional. Houve dois nascimentos e três falecimentos.

Os vermífugos Piperazina e Alcopar foram aplicados em todas as aldeias, seguidos por um curso de Multivitam.

De acordo com entendimentos realizados entre o Projeto Nambiquara e a SUCAM, um representante desta percorreu todas as aldeias (salvo três, cujas condições de acesso não permitiam a sua entrada na época), aproveitando as viaturas do Projeto, para desfetizar, coletar lâminas, e proporcionar medicamentos contra a malária. Embora a medida tenha sido proveitosa, o Técnico de Indigenismo Ariovaldo José dos Santos sugere que, futuramente, seria mais econômico os próprios Encarregados das Equipes Móveis desempenhar tais atividades (Relatório 05/NC/75, de 04/1/76; anexo I).

Um Assistente de Enfermagem, o Sr. Nahzir Okde, foi contratado pelo Projeto para acompanhar os três Encarregados de Equipe Móvel, e prestar os seus serviços onde quer que fossem necessários. Ele iniciou os seus trabalhos no mes de dezembro, sendo muito útil no combate ao surto de gripe e malária.

Um estudo demográfico, utilizando todos os dados disponíveis desde a fundação do P.I. Nambiquara em 1943, foi feito no fim do ano (veja Anexo III). Embora estes dados não sejam perfeitamente fidedignos devido à falhas indubitáveis no registro, as tendências gerais são perfeitamente claras. A vida

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

média entre os Nambiquara é de aproximadamente 23 anos; a mortalidade infantil passa de 50%, e para cada duas crianças que nascem, três pessoas morrem. As causas da morte mais frequentes são doenças respiratórias, doenças gastro-intestinais, malária e surraço. O único resultado encorajador do estudo é que em 1975, o primeiro ano de atuação do Projeto Nambiquara, os nascimentos igualaram as mortes.

Educação. Quatro índios do Distrito do Campo--Foadó, Bacaninho, Samuel e Jônatas--assistiram um programa para a formação de autores indígenas, oferecido pelo Summer Institute of Linguistics, na chacara da mesma, em Cuiabá. O aproveitamento foi excelente; todos escrevem com facilidade, e Jônatas datilografa especialmente bem.

Desenvolvimento Econômico. O progresso agropecuário dos grupos do Vale do Guaporé, sob o excelente estímulo do Técnico de Indigenismo Sílbene de Almeida, foi muito animador. Os grupos wãtsú e âlântésú, cujas roças do ano anterior não alcançaram as suas necessidades, devido à perturbação da vida econômica causada pela fracassada mudança para a Reserva Nambiquara, plantaram roças grandes, que serão suficientes para o seu sustento no ano que vem. O pequeno grupo wãikatésú na Fazenda Amburana também tem uma roça que será suficiente para o seu sustento. O grupo âlântésú até chegou a produzir excedentes, que os índios trocaram com o pessoal da Fazenda Estrela do Guaporé para obter bens necessários fabricados pela sociedade envolvente. Este grupo também iniciou a criação de suínos com um par de porcos fornecido pelo Encarregado do Distrito.

O grupo de habqintésú residente na sede da Fazenda Vale do Guaporé voltou a fazer uma roça, depois de três anos de inatividade agrícola. Este fato deve-se inteiramente aos esforços do Técnico de Indigenismo, Sílbene de Almeida, que trabalhou junto com os índios no empreendimento. Tendo a Fazenda derrubada toda a mata nas proximidades da aldeia tradicional, foram obrigados a aproveitar uma parte desta derrubada, com a área de aproximadamente um alqueire, para fazer a roça. Plantaram milho,

3.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. FUNAI 028.25/116

Fls. 04

Rubrica 

mandioca, e 70 pés de banana. Pouco tempo depois de plantar, o administrador da Fazenda, Sr. Max Mosmann, mandou um avião semear capim colônia na roça. Devido às providências rápidas do Sr. Silbene e os índios, a roça sobreviveu a esta tentativa de sabotagem.

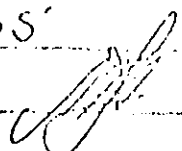
Somente dois grupos no Vale do Guaporé não plantaram roças. O grupo de hahantésú que mora perto da pista velha da Fazenda Vale do Guaporé (isto é, os y'ót'unsú) não podiam plantar por sua aldeia estar inteiramente rodeada de gado. Os wâikatésú que ficaram sob os cuidados do missionário Gustavo Bringsken, na cidade de Mato Grosso, desde a epidemia de malária do começo do ano, não tinham lugar para plantar.

No Distrito do Campo, os índios de Camararé, que se transferiram para Campos Novos durante o ano, começaram a desfrutar dos produtos de sua lavoura, comendo milho verde, e iniciando a colheita de arroz. A aldeia de Juina começou a aproveitar milho verde, plantado fora da Reserva por falta de terras próprias dentro da mesma, e as aldeias de Serra Azul e Aldeia Branca viram fracassar, pela segunda vez, as suas tentativas de produzir arroz, devido à baixa fertilidade do solo na região.

No Distrito do Norte, os índios do P.I. Nambiquara plantaram roças nas matas do Córrego Aroeira, que apresentam solos muito melhores do que no Córrego Toloiri, onde tinham roças nos anos anteriores. Alguns índios de Marco Rondon, e o grupo do Seringal de Faustino, plantaram roças naqueles lugares, apesar das nossas tentativas de convencê-los a entrar nas terras reservadas.

O pessoal do Projeto continuou trocando artefatos para a ARTINDIA vender. Entretanto, a ineficiência deste Departamento, destacada pela decisão de fechar a loja em Cuiabá para inventário antes do Natal, motivou muitos índios a vender os seus artefatos às pensões ao longo da estrada BR-364. (Veja Anexo IV, "Aculturação econômica entre os Nambiquara," um trabalho preparado pelo Coordenador para ser apresentado ao Simpósio de Antropologia Aplicada na 10ª Reunião da Associação

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Foa. FUNAI 00325/76
Fl. 05
Rubrica 

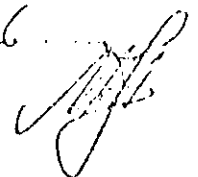
Brasileira de Antropologia, em Salvador, em fevereiro de 1976). O valor total de artefatos vendidos pelos Nambiquara à ARTINDIA durante o ano de 1975 foi Cr\$ 38.732,00 (veja Anexo V). Entretanto, calcula-se que os índios receberam, em termos reais, menos do que a metade da renda por hora de trabalho que receberam em 1971 (veja o excelente livro de Aspelin sobre a troca de artefatos entre os Mamaindê*). É vergonhoso que a ARTINDIA não inclua correção monetária nos preços que paga pelos artefatos dos índios.

Visto a necessidade dos veículos do Projeto terem que ir até o Córrego Aroeira, onde a comunidade do P.I. Nambiquara está se estabelecendo, foi aberta concorrência pública na Vila de Vilhena, de acordo com as normas da FUNAI, oferecendo madeira de lei, que inevitavelmente seria derrubada pelos índios na preparação das suas roças, em troca da construção de uma estrada de aproximadamente quatro quilômetros, ligando Toloiri com Aroeira. O Sr. João Miguel Kimak ofereceu a melhor proposta, fez a estrada, e retirou uma parte desta madeira antes do serviço ser interrompido pelas chuvas (veja Anexo VI).

Depois de carregar um índio doente sobre caminhos somente transitáveis a pé à procura de assistência médica em Serra Azul, os índios de Aldcia Branca e Juina perceberam a utilidade do acesso por carro, e estimulados pelo Técnico de Indigenismo Ariovaldo José dos Santos, fizeram aproximadamente 30 km de estrada, ligando as três aldeias. Os índios de Campos Novos iniciaram a reabertura de uma velha pista de aterrissagem existente no local.

Terras. Conforme o relatório do Encarregado do Vale do Guaporé (03/NVG/75, de 19/12/75; Anexo II), os wasùsú e os Alântésú vivem na expectativa de mudar para a área interditada (Dec. Nº 74.515), logo seja criada a Reserva. Os wasùsú até deixaram de plantar banana este ano, para não perder o produto com a mudança. Entretanto, o dito relatório confirma a observação do antropólogo Pedro Agostinho da Silva, que avaliou a

* Paul Leslie Aspelin, External Articulation and Domestic Production: The Artifact Trade of the Mamaindê of Northwestern Mato Grosso, Brazil. Cornell University: 1975).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

situação nambiquara em agosto, de que os índios do Alto Sararé que moram fora da área interditada se opõem a uma mudança. A sugestão de Pedro Agostinho, de que seja adicionada à proposta Reserva uma pequena faixa a leste do Rio Sararé (Relatório de 26/10/75, pág. 36), relacionaria este problema. Os habitantes continuam intransigentes, recusando aceitar a possibilidade de mudança. Talvez a interdição da sua área ofereceria a necessária proteção durante os próximos anos, até que eles aceitam reunir-se com os demais nambiquara na proposta Reserva.

Que seria um grande erro estabelecer mais do que uma reserva para os índios do Vale do Guaporé é reenfocado por pesquisas recentes do Técnico de Indigenismo responsável. O fato de que os vários grupos nomeados não são unidades independentes, mas partes de um tecido social mais amplo, é claro à base da rede de casamentos já contratados entre os grupos (veja Anexo VII). A futura sobrevivência destes grupos dependerá da sua habilidade de continuar casando-se entre si, e esta habilidade seria gravemente prejudicada se a área reservada não for contínua. O Técnico de Indigenismo responsável continua a sua política de fortalecer os laços entre os grupos, levando cartas gravadas, presentes, e visitantes entre as aldeias.

No Distrito do Norte, o Encarregado da Equipe Móvel Judas Thadeu e Silva levou o cacique do grupo residente no Seringal de Faustino para conhecer a Reserva. Não obstante, este decidiu continuar, pelo menos mais um ano, no Seringal, onde o solo é melhor. Embora a atuação da FUNAI seria facilitada se os índios do Seringal e de Marco Rondon se reunissem nas terras reservadas, convém frisar que eles têm direito às terras que atualmente ocupam, conforme Artigo 33 do Estatuto do Índio.

Sete índios do grupo Nagarottu mudaram-se para a Reserva, passando a morar com os Mamaindê.

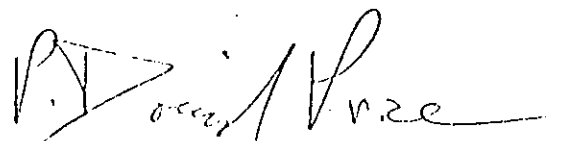
Especialmente animador foi o simpósio convocado em Brasília, dias 27 e 28 de outubro, para o Conselho Indige-

MINISTÉRIO DO INTERIO
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

Pr. c. FUNAI 01828/76
 Fls. 02
 Rubrica

nista considerar, em conjunto com vários antropólogos e ser-
 tanistas de destaque, os problemas dos Nambiquara do Vale do
 Guaporé. A apresentação, fartamente documentada, do antro-
 pólogo Pedro Agostinho da Silva, foi uma grande contribuição
 à causa dos Nambiquara, e a seriedade de todos os participan-
 tes revelou-se em debates excelentes. Um grande passo para
 a solução dos problemas dos Nambiquara foi dado com as duas
 resoluções adotadas unanimamente pelo Conselho Indigenista:
 que seja criada reserva na área interditada pelo Decreto Nº
 74.515, e que seja paralizado o desenvolvimento das fazendas
 onde há índios, até que eles estejam definitivamente radicados
 naquela Reserva.

Para reagir a estas resoluções, a FUNAI deve tomar
 providências imediatas contra as Fazendas Galera e Kanaxuê,
 que continuam trabalhando dentro da área interditada (confor-
 me Relatório 03/NVG/75, 19/12/75, de Sílbene de Almeida), e
 contra a Agropecuária Vale do Guaporé, cuja ação de semear
 capim na roça nova dos índios constituía uma ameaça à sua
 sobrevivência, assumindo assim o caráter de tentativa de
 genocídio.



P. David Price
 Coordenador do Projeto Nambiquara